Gradação dos esforços suplementares no âmbito de perícias de clínica forense: relevância em sede de arbitramento de indemnizações judiciais

Autor(es): Monteiro, Pedro Brito

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/41085>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/1647-8630_25_3

Accessed : 26-Apr-2023 10:57:16

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

25

Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
orporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal

DEZ 2014 • ANO XXIII • N.º 25

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

Graduação dos esforços suplementares no âmbito de perícias de clínica forense. Relevância em sede de arbitramento de indemnizações judiciais

Pedro Brito Monteiro¹

A temática sobre a qual o presente reflexão pretende versar resulta da observação direta, no desempenho da profissão de advogado, das dificuldades que se colocam na definição de critérios objetivos e adequados à determinação dos montantes indemnizatórios a arbitrar a sinistrados que, tendo sido vítimas de acidentes de viação, ou de outra natureza, (que não acidentes laborais dos quais aqui não pretendemos curar) sofram lesões que lhes determinem sequelas e, por essa via, um determinado grau de défice funcional permanente da integridade física e/ou psíquica do indivíduo.

Estas dificuldades são sentidas, quer pelos advogados no âmbito de ações judiciais em representação de indivíduos que tenham sido vítimas de tais sinistros, quer pelos Tribunais no momento da fixação da indemnização que ao caso concreto se mostre adequada, e que reveste especial importância.

Se é certo que existe no ordenamento jurídico nacional desde 2007 (Anexo II ao Decreto-Lei 352/2007, de 23 de Outubro) legislação que autonomizou a avaliação do dano corporal em direito civil da avaliação do mesmo dano em direito laboral, o que visa refletir as indiscutíveis e necessárias diferenças entre tais domínios, a verdade é que não há legislação que de forma clara e inequívoca possa servir de orientação à determinação dos montantes indemnizatórios devidos em função dos graus de défice funcional permanente da integridade física e/ou psíquica, de *quantum doloris*, de dano estético ou de prejuízo de afirmação pessoal que advenham para um sinistrado em resultado de um determinado acidente.

¹ Advogado

A única tentativa de definir regras a este respeito é a que decorre da Portaria 377/2008, de 26 de Maio, cujo âmbito é muito restrito e se cinge à definição de critérios para determinação de valores de proposta razoável a apresentar pelas seguradoras aos sinistrados de acidentes de viação (vide artigo 1º do citado diploma), em fase de gestão de sinistro, isto é, em fase pré-contenciosa.

Apesar dos méritos inequívocos que a solução apresenta, e de que não cura o presente trabalho, a verdade é que os Tribunais, que não estão vinculados aos critérios definidos em tal diploma, não se socorrem do mesmo, continuando a fixar as indemnizações com base essencialmente em juízos de equidade, donde acaba por decorrer uma oscilação nos valores indemnizatórios arbitrados que não contribui para a segurança jurídica, valor em si tão relevante numa sociedade que, como a nossa, se mostra tão judicializada.

Na verdade, a diferença, tantas vezes gritante, no montante arbitrado a título de indemnização em casos muito semelhantes entre si, contribui decisivamente para o agudizar das dificuldades sentidas, já acima mencionadas, pelos operadores judiciários.

Para que seja possível caminhar no sentido de maior certeza e segurança jurídicas assentes numa cada vez mais ténue disparidade nas decisões judiciais tomadas em casos em que está essencialmente em causa a determinação do montante indemnizatório face às lesões e padecimentos que resultaram para um dado indivíduo em consequência de um acidente, cumprirá, antes de mais, fornecer ao decisor, o Juiz, a maior quantidade de elementos possível para que possa decidir com objetividade sem a qual a equidade se transmuta facilmente em discricionariedade.

Neste sentido cada vez mais o relatório médico-legal, realizado nos termos do disposto no artigo 467º, nº 3 do Código de Processo Civil e da Lei 45/2004 de 19 de Agosto, se torna peça indispensável na fundamentação das decisões judiciais tomadas no âmbito de processos em que se discutem as sequelas resultantes de acidentes e suas consequências na vida dos lesados. Tanto assim é que, em tais casos, o Juiz fundamenta a sua decisão, no que toca à valoração das ditas questões, nas conclusões constantes dos relatórios das peritagens médicas que, nas mais das vezes, são utilizadas *ipsis verbis*, nas sentenças proferidas.

O nível de especialização contínua a que vimos assistindo na elaboração dos referidos relatórios médicos por parte da entidade competente para o efeito – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF) – concorre também para que exista uma maior uniformidade de critérios no momento da avaliação médico-legal (MAGALHÃES & VIEIRA, 2010).

Tal circunstância tem a virtualidade de, por si só, contribuir decisivamente para facilitar o trabalho de quem tem de decidir as questões discutidas judicialmente.

A este título diga-se aliás ser de notar que o próprio INMLCF, tem em curso um projeto de investigação (desenvolvido pela Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Lega e Ciência Forenses, I.P.) tendente a avaliar os reflexos forenses das peritagens médico-legais efetuadas pelos seus serviços, requerendo aos Tribunais que lhe sejam remetidas para o efeito e após trânsito em julgado cópias das sentenças proferidas, no âmbito dos processos em que interveio.

De forma muito resumida, e apenas com o intuito de contextualizar a temática que pretendemos focar, poder-se-á referir que no âmbito da avaliação médico-legal do dano corporal em direito civil é usual encontrar, em sede de discussão e conclusões de um relatório médico-legal emitido pelo INMLCF, informação detalhada sobre os seguintes itens:

1 – Data de consolidação médico-legal das lesões;

2 – Valorização de danos temporários:

- a – períodos de incapacidade temporária geral, total ou parcial, atualmente designados por períodos de “défice funcional temporário total ou parcial”, que se referem ao lapso de tempo durante a qual as vítimas de lesões se vêm limitadas na realização de atos da vida diária, familiar e social, excluindo-se neste particular as limitações referentes à atividade laboral;
- b – períodos de incapacidade temporária para o desempenho da atividade profissional, quer essa incapacidade seja absoluta, quer seja parcial, isto é quer iniba de todo o desempenho da função profissional do sinistrado, quer apenas o limite;
- c – avaliação do *quantum doloris*, por referência às dores de que padeceu o sinistrado entre o momento do sinistro e o da consolidação das lesões, graduando-o numa escala progressiva de sete graus de gravidade crescente, de dor ligeira a dor muito considerável;

3 – Valorização de danos permanentes:

- a – défice funcional permanente da integridade físico-psíquica, que se refere à afetação definitiva da integridade física e/ou psíquica do sinistrado, com repercussão nas atividades da vida diária, nas quais se incluem as atividades familiares e sociais, atribuído com recurso aos critérios definidos no Decreto-Lei 352-2007 de 23 de Outubro, e expresso em pontos por referência à diminuição de capacidade que as sequelas demandem no caso concreto;
- b – dano futuro que é arbitrado nos casos em que seja de prever um agravamento das sequelas;

- c – avaliação do dano estético resultante das sequelas de que fica a padecer o sinistrado, como as que normalmente são verificáveis em consequência de cicatrizes operatórias, amputação de membros, entre outras, que, tal como o quantum doloris é graduado numa escala progressiva de sete graus;
- d – repercussão permanente na atividade profissional que, por ser a questão que mais de perto se prende com o tema do presente artigo trataremos adiante de forma pormenorizada;
- e – repercussão permanente nas atividades desportivas e de lazer, mensurável numa escala de sete graus de importância, que toma por referência as atividades comprovadamente praticadas pelo sinistrado à data do evento que, em consequência das lesões sofridas e das respetivas sequelas não mais poderão voltar a ser praticadas ;
- f – repercussão permanente na atividade sexual, também valorizável numa escala de sete graus;
- g – dependência futura de ajudas permanentes médicas e/ou medicamentosas.

Todos os pontos supra mencionados são de extrema relevância para uma completa avaliação das consequências que as lesões sofridas por determinada pessoa têm para a sua vida e, nessa medida, constituem um auxiliar precioso ao fornecerem ao decisor critérios para determinação do montante indemnizatório a arbitrar em cada caso concreto.

Por um lado, porque ajudam a determinar os períodos temporários de incapacidade, seja para o desempenho de tarefas da vida diária seja para o desempenho do trabalho, facilitando dessa forma a determinação da compensação patrimonial devida por referência ao dano sofrido em tais períodos.

Por outro porque têm a virtualidade de fornecer elementos bastantes para permitir a indemnização do dano não patrimonial a arbitrar, fundado na dor sofrida, no dano estético, na medida do défice funcional, no prejuízo de afirmação pessoal (aqui considerando a tal respeito a repercussão permanente nas atividades desportivas, de lazer e sexual).

Considerando ainda que na sociedade atual as condições de vida da generalidade da população dependem grandemente do efetivo exercício de uma atividade remunerada, ganha especial relevo, no nosso entender, a questão da repercussão das sequelas no desenvolvimento da atividade profissional da pessoa lesada.

Este é um dos pontos de maior relevo e que tem muita importância no momento da determinação da indemnização a arbitrar em sede judicial. Vejamos.

Determinando-se a existência de um grau de incapacidade permanente parcial, ou como atualmente se designa, de défice funcional da integridade física e/ou psíquica de um determinado sujeito, necessário se torna compreender se tal *minus* tem, ou não, repercussão no desempenho da atividade profissional que o mesmo desempenhava à data do facto lesivo.

É precisamente neste ponto que entronca o tema central do presente trabalho.

Da análise de várias centenas de relatórios periciais de avaliação de dano corporal em direito civil, efetuados ao longo dos últimos anos, no âmbito da vigência do Decreto-Lei 352/2007 de 23 de Outubro, resulta que a determinação da repercussão permanente na atividade profissional das sequelas que determinam a existência de um dado grau de défice funcional à integridade física e/ou psíquica de um indivíduo encerra as seguintes hipóteses:

- a) sequelas sem rebate, nos casos em que, apesar de existirem sequelas, as mesmas não condicionam ou interferem, por qualquer meio ou em qualquer medida com o exercício da atividade profissional da pessoa;
- b) sequelas compatíveis com o exercício da atividade profissional, mas demandando esforços suplementares, também designados por esforços acrescidos, no desempenho da mesma;
- c) sequelas que não permitem o exercício da atividade profissional que o lesado exercia à data do evento lesivo, mas que são compatíveis com outras profissões dentro da área de preparação técnica do indivíduo em causa;
- d) sequelas que não permitem o exercício de nenhuma atividade profissional, caso em que estaremos perante uma situação de incapacidade profissional absoluta.

Considerados os quatro mencionados “graus de repercussão” das sequelas no desempenho da atividade profissional dos lesados entendemos que em três delas (alíneas a), c) e d) supra) o julgador tem ao seu dispor informação bastante para poder de forma objetiva e segura atribuir, ou não, uma indemnização e definir, caso à mesma haja lugar, o respetivo montante.

Já no que toca à hipótese - que é a que mais comumente se verifica - de as sequelas de que fica a padecer um indivíduo, sendo compatíveis com o exercício da atividade profissional habitual desenvolvida à data do facto lesivo, demandarem esforços suplementares, (descrita na alínea b) acima mencionada) entendemos que pode ser conseguido um maior grau de concretização do que tal realidade implica, com as inequívocas vantagens que daí resultarão e que mais à frente apontaremos.

A expressão normalmente utilizada em sede das peritagens médico-legais para definir o rebate profissional nas situações em que o lesado, embora

mantendo a possibilidade de desenvolver a atividade profissional que à data do facto lesivo desempenhava, se vê obrigado a desenvolver esforços suplementares para o efeito, é a seguinte:

“as sequelas são compatíveis com o exercício da atividade habitual, mas implicam esforços suplementares”.

Entendemos ser de todo aconselhável que, no momento da fixação do rebate profissional, e no caso de estarmos perante uma situação que demande para o lesado esforços suplementares no exercício das tarefas inerentes ao desempenho da sua atividade profissional, se gradue o nível de esforços que, no caso concreto, aquele lesado terá de efetuar.

Casos haverá em que as sequelas, embora compatíveis com o exercício da atividade profissional demandarão esforços suplementares tais que tornarão muito exigente o desempenho da mesma, ao passo que noutros, os esforços acrescidos serão ligeiros ou muito ligeiros, praticamente não se repercutindo naquela atividade.

A quantificação “do grau de esforço suplementar” para o desempenho da atividade habitual, resultante para o lesado das sequelas de que ficou a padecer na sequência de um acidente é, por isso e, no nosso entender, fundamental para o apuramento do dano sofrido e para a determinação do montante adequado à sua concreta indemnização.

Tanto mais que, a perda de capacidade de ganho, decorrente de sequelas de que determinado indivíduo fica a padecer em virtude de uma ofensa à sua integridade física e/ou psíquica, constitui, em grande parte dos casos o dano mais relevante para o lesado, na medida em que conflitua com a sua única fonte de rendimento e, nessa medida, com as suas possibilidades de desenvolvimento socioeconómico.

Mas como graduar os esforços suplementares?

Entendemos que a solução será adotar um critério similar ao que preside à valorização do *quantum doloris* ou do dano estético.

Atualmente a escala utilizada para valorar qualquer um destes aspetos é de índole quantitativa, numa escala de 1 a 7, tendo caído em desuso a utilização da graduação qualitativa, de muito ligeiro, ligeiro, moderado, médio, considerável, importante e muito importante, a qual era, não raras vezes vista como depreciativa pelos lesados que, conscientes do seu padecimento, e atribuindo à sua dor (por ser aquela que sentem) um carácter de grande relevo, não entendiam que o mesmo fosse caracterizado de ligeiro (VIEIRA, 2008).

Quer se utilize o critério qualitativo, quer se enverede pelo uso do critério quantitativo supra referidos, consideramos que só com a graduação do nível

de esforço suplementar exigido, no caso concreto, ao lesado para o desempenho da sua profissão habitual à data do evento lesivo (ou de outra que entretanto, no momento da avaliação esteja a desempenhar) estará o decisor devidamente habilitado a compensar de forma adequada a componente da perda de capacidade de ganho, resultante das sequelas de que determinado indivíduo ficou portador em função de uma dado ato lesivo contra si cometido.

É que dizer-se que as sequelas verificadas e consideradas em sede de avaliação médico-legal são compatíveis com o exercício da atividade profissional do lesado mas exigem esforços suplementares é muito diverso de dizer que exigem esforços suplementares ligeiros ou moderados ou consideráveis. Tal diferenciação reforçará ainda mais o papel de relevo das peritagens médico-legais aprofundando o contributo das mesmas para uma melhor justiça, ajudando a diminuir o risco de se tratar de forma igual o que é desigual.

Se estivermos perante um caso em que os esforços suplementares exigíveis para a prática das funções inerentes a uma dada atividade profissional devam ser considerados como muito ligeiros, andaremos perto de uma situação semelhante à que se verificaria se as sequelas não se repercutissem no desempenho da profissão do lesado. Ao passo que se as sequelas demandarem esforços acrescidos muito importantes estaremos próximos da situação que poderia dar origem ao estabelecimento de uma situação de incapacidade absoluta para o desenvolvimento da profissão habitual. Naturalmente que a indemnização a arbitrar em sede judicial será muito diversa num caso e noutro.

Atualmente, não sendo, por norma, utilizado no âmbito das peritagens médico-legais, qualquer critério de graduação do nível de esforços suplementares exigidos aos lesados para o desempenho das respetivas atividade profissionais situações que são muito diversas entre si podem acabar por poder ser tratadas, no que a esta específica questão respeita, e quando dirimidas em juízo, de forma muito semelhante.

É precisamente com o intuito de evitar que tal suceda ou, pelo menos, na tentativa de diminuir a possibilidade de que tal ocorra, que preconizamos a solução referida, conscientes no entanto, das dificuldades de ordem prática que a mesma pode revestir.

Poderá não ser fácil a um perito médico-legal determinar, em todos os casos, desconhecendo especificamente os atos quotidianos que dado indivíduo, em função da sua especial e concreta profissão tem de desempenhar, qual o grau de esforço suplementar que terá de despende.

Para o poder fazer, terá o perito médico-legal de se basear no exame objetivo que faz ao lesado, na verificação das sequelas que este apresenta e no competente apuramento do nexo de causalidade entre o evento lesivo em análise e as mesmas, e nas queixas que pelo lesado lhe são comunicadas, não apenas anotando-as mas, e essencialmente, comprovando-as.

É comum verificar nos relatórios médico-legais, no capítulo referente ao estado atual do lesado (à data do exame realizado no âmbito da peritagem) a menção expressa às queixas que o mesmo refere relativamente ao desempenho da sua atividade profissional.

No sentido de aprofundar o conteúdo do relatório neste contexto somos da opinião que o perito médico-legal poderia organizar um questionário relativo aos atos físicos normais da profissão do sinistrado e verificar quais deles ele conseguiria efetuar, graduando depois os esforços suplementares que eventualmente resultassem das sequelas existentes. As respostas dadas pelo sinistrado e objetivamente comprováveis pelo perito, deveriam constar do relatório.

Com base nesta informação e nas sequelas verificadas será possível determinar a medida ou grau dos esforços suplementares para o desempenho da atividade profissional de um determinado indivíduo.

Esta prática concorrerá, no nosso entender, e nos termos supra expostos, para uma melhor e mais correta aplicação do direito pelo decisor, e dará ainda maior relevo ao papel, já de si muito importante que as peritagens médico-legais têm na determinação de critérios para a determinação de indemnizações a arbitrar judicialmente.

CONCLUSÕES

Tendo em conta o relevo social, nos seus mais diversos aspetos, mas sobretudo no plano económico, que nos nossos dias a possibilidade de exercício de uma atividade profissional desempenha, a repercussão permanente que as sequelas de que um indivíduo seja portador na sequência de um evento lesivo que tenha sofrido no desempenho de tal atividade são de extrema importância, pelo que carecem de ser devidamente determinadas.

Essa determinação faz-se com especial acuidade no âmbito da avaliação do dano corporal.

Concluindo-se pela existência de sequelas que se repercutem no desenvolvimento da atividade profissional do lesado dever-se-á procurar estabelecer gradativamente a medida do impacto das mesmas em tal domínio.

Nos casos em que as sequelas existentes sejam compatíveis com o exercício da atividade profissional do lesado exigindo, contudo, esforços suplementares, entendemos dever ser graduada a medida desses esforços, por recurso a escalas quantitativas (de 1 a 7) ou qualitativas (de muito ligeiro a muito importante).

Referências bibliográficas

Magalhães T., e Vieira DN. Recomendações gerais para a realização de relatórios periciais de clínica forense no âmbito do direito civil. *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, nº 20, pp 79-90, 2010.

Vieira DN,(2008). O perito e a missão pericial em direito civil. In: Vieira DN e Quintero JA eds. *Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil*. Coimbra: Caixa Seguros e Imprensa da Universidade de Coimbra. pp.35-59.

Resumo: Graduação dos esforços suplementares no âmbito de perícias de clínica forense. Relevância em sede de arbitramento de indemnizações judiciais.

No âmbito da avaliação do dano corporal em direito civil tem especial relevo a questão da determinação da repercussão permanente das sequelas no desempenho da atividade profissional habitual do lesado à data do evento lesivo.

Determinando-se que as sequelas são compatíveis com o exercício da profissão habitual exigindo esforços suplementares deverá fixar-se a medida dos mesmos, graduando-os consoante a respetiva gravidade.

A indemnização devida em função do rebate profissional variará assim, para além de outros fatores, em consequência da medida dos esforços suplementares a desenvolver.

Palavras-chave: Perícia médico-legal; relatório pericial; repercussão permanente na atividade profissional; graduação de esforços suplementares; determinação da indemnização.

Summary: Supplementary efforts graduation in the context of forensic expertise. Relevance in the context of the determination of judicial compensation.

Considering the evaluation of body damage in civil law it is important to determine the impact of permanent sequels in the performance of the usual business activity of the injured to the harmful event date.

In case of the sequels being compatible with the exercise of the normal occupation demand increased efforts it should be established a graduation of the measurement of those efforts according to the respective gravity.

The compensation payable on the basis of the professional rebate will vary as well, in addition to other factors, to the extent of verified additional efforts.

Key-words: Medico-legal expertise; forensic report; permanent impact on professional activity; graduation of increased efforts; compensation determination.